

PERCEPÇÃO DOS HÁBITOS E COSTUMES DO VALE DO JEQUITINHONHA – visita aos camponeses quilombolas no recorte territorial de Minas Novas e da Chapada do Norte – MG

Gabriela Carneiro Reis)¹

Karla Trigueiro²

Resumo

Este artigo é resultado do trabalho de pesquisa para a conclusão da disciplina do curso de pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e fruto da visita técnica aos camponeses quilombolas, localizados no entorno da cidade de Minas Novas. O trabalho foi elaborado através da experiência em campo e das visitas aos núcleos familiares das comunidades quilombolas de Pinheiros, Córrego da Faceira, Coqueiro Campo e Moça Santa. A partir de uma abordagem humanística e territorial, o artigo tece considerações a respeito do artesanato local e o potencial turístico das comunidades visitadas.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, artesanato e turismo.

Introdução: O Vale e sua riqueza

Minas Gerais, na sua história, apresenta registros da colonização e da exploração estrangeira de suas riquezas, bem como a presença de povos de diferentes nações habitando e convivendo em um mesmo território. O estado de Minas Gerais pode, então, ser compreendido como território apropriado por sujeitos que viveram, realizaram suas atividades, construindo valores, saberes, técnicas, conhecimentos, hábitos e costumes ao longo do tempo, e que ainda o fazem. Por intermédio dos sujeitos, a transmissão da cultura também acontece. O conceito de território pode ser considerado como espaço onde ocorre a construção e a manifestação das atividades humanas e, portanto, das expressões culturais. A cultura como um conjunto de práticas e de conhecimentos transmitidos por gerações, é dotada de signos que a descrevem, é a realidade de cada indivíduo, mas também é a realidade social. Pode-se dizer que Minas Gerais são muitas, e que existem expressões culturais típicas construídas e manifestadas através da apropriação do território mineiro.

Na porção nordeste do estado de Minas, situa-se o Vale do Jequitinhonha, reconhecido como uma região de contrastes: rica em expressões culturais locais, mas habitada por comunidades que vivem em condições precárias de vida, sob o pano de fundo da seca, que

¹ Universidade Federal de Minas Gerais; gabireis@live.com .

² Universidade Federal de Minas Gerais; ktrtur@yahoo.com.br.

assola o Vale de tempos em tempos. A região do Jequitinhonha caracteriza-se pela intensa vitalidade social (frente às outras macrorregiões brasileiras) com sociedades indígenas e núcleos quilombolas que buscam, atualmente, resgatar suas identidades por meio de movimentos de resistência (SOARES, 2000, *apud* RODRIGUES *et al*, 2012). Ocupando uma área de 79 mil km², a Macrorregião do Jequitinhonha é composta por 52 municípios³, Deus (2012, p. 36). De acordo com Soares (2000, p. 17 *apud* DEUS, 2012 p. 36), o Vale do Jequitinhonha é “um vale de muitas culturas”, com segmentos sociais que emergem configurando “novas territorialidades e requalificando a dinâmica social desse controverso território mineiro”. Deus (2012) complementa informando que:

O Vale é uma das regiões de identidade cultural mais marcantes do estado. Encontra-se aí uma realidade sociocultural densa e contraditória – continuamente reelaborada pelos atores sociais locais – clássicos ou emergentes. Por vezes estigmatizada por visões reducionistas decorrentes de sua crítica situação ambiental e econômica (que se reflete nos baixos indicadores sociais). A região caracteriza-se, entretanto, por grande vitalidade cultural, como têm registrado vários pesquisadores (DEUS, 2012, p. 36).

Considerando o contexto social, cultural e a busca pelo resgate da identidade quilombola que ocorre nessa região, Paul Claval (2002, p. 20) destaca a importância das identidades e territorialidades que a Geografia Cultural não desconsidera ao registrar que:

O espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares.

Assim:

Os mitos religiosos e políticos mudam a natureza de parcelas do espaço: existem fontes, florestas, árvores e serras que viram sagradas, enquanto os seus arredores permanecem profanos.

Por fim, o autor completa:

³ De acordo com Deus (2012, p. 36), a ocupação do Vale do Jequitinhonha, associada às características naturais da região, possibilitou a diferenciação da região em sub-regiões, com características distintas. Assim, o Alto Jequitinhonha, composto pelos municípios de Diamantina, Serro e Itacambira, representa a sub-região de ocupação mais antiga onde predomina a atividade mineratória; o Baixo Jequitinhonha, cuja atividade pecuária ainda é a principal atividade econômica, é formada pelos municípios: Jequitinhonha, Salto da Divisa, Almenara Rubim e Joáima; a terceira sub-região, o Médio Jequitinhonha, de acordo com Nogueira *et al*. (2006, p. 20, *apud* DEUS, p. 36), situa-se, geograficamente e economicamente, entre as outras duas sub-regiões, e é marcada pelo intenso fluxo migratório, baixa oferta de emprego e taxa de urbanização.

As identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial. Num tempo em que a globalização ameaça muitas identidades, a luz que a abordagem cultural põe nas relações entre identidades e território indica interessantes perspectivas de ação (CLAVAL, 2002 p. 24).

O olhar sobre a cultura não deve desvincular os grupos dos territórios onde vivem e constroem uma dinâmica própria. O autor destaca a relação entre as identidades individuais e coletivas com o território. O território, conseqüentemente, se torna o *locus* das expressões de um grupo nas suas variadas manifestações. A apropriação e a organização dos sujeitos sobre um território podem indicar uma cultura própria construída através do tempo.

O estado de Minas Gerais, ao longo de sua história, abrigou significativa população negra devido à quantidade de escravos africanos que vieram trabalhar nas minas de ouro no período colonial. Muitos migraram para o Vale do Jequitinhonha para trabalharem nas áreas de mineração. A população que se instalou pelo Alto Vale do Jequitinhonha sofreu influência da cultura negra, desde o artesanato à religião. Nessa região surgiram diversos quilombos e aglomerações rurais negras no período escravagista e pós-abolicionista (LIMA, 2010).

A maioria dos quilombos se formou posteriormente ao decreto de abolição da escravatura (Lei Áurea em 1888). Porém, a primeira definição política no Brasil ocorreu na época colonial e imperial (CEDEFES, 2008). A constituição Federal de 1988 reinstituuiu pela primeira vez, no período republicano, a categoria jurídico-legal de quilombo e, atualmente, seu reconhecimento passa a ter um caráter antropológico e territorial⁴.

As condições socioeconômicas e ambientais, ainda hoje, afetam as comunidades afrodescendentes. As comunidades quilombolas vivem processos de desigualdade social, racismo, de exploração e exclusão no Brasil e de conflitos territoriais – muitos perdidos para fronteira agrícola, “pressão” imobiliária, fazendeiros, empresas, barragens, mineração, grilagens de terras, entre outros (SOARES, 2000 *apud* CEDEFES, 2008). Ademais, o equilíbrio ecológico, bem como a saúde e o bem-estar humano, estão vinculados à proteção das águas superficiais, do meio ambiente e da flora. Não devem, portanto serem afetados pelos quadros de escassez, deterioração da qualidade das águas, pelo desmatamento e exploração dos recursos naturais, bem como pelo cultivo de monoculturas, como por exemplo, os eucaliptos, presentes na paisagem do Vale do Jequitinhonha.

⁴“Como sujeitos políticos que buscam uma igualdade de acesso aos recursos materiais (“territórios de igualdade”) e por uma legitimidade das diferenças territoriais e culturais (“territórios da diferença”).

A intrínseca relação entre homem e terra é observada durante o trabalho realizado nas comunidades quilombolas visitadas. É a partir da terra que o homem camponês retira o sustento da família, seja para alimentação e nutrição do corpo, ou como fonte de complemento da renda familiar, como, por exemplo, o artesanato local, cuja matéria prima, vem do solo dos quintais das famílias quilombolas. Os saberes, as tradições, os hábitos e os costumes dos camponeses quilombolas relacionados à lida com a terra são transmitidos nos núcleos familiares. Frente à riqueza cultural e ambiental do Vale do Jequitinhonha, o potencial de desenvolvimento do turismo de base comunitária, se apresenta como fonte alternativa à renda familiar nessas comunidades.

O artesanato do Vale

O Vale do Jequitinhonha apresenta expressiva produção de artesanato em cerâmica e de painéis de barro. Núcleos familiares da comunidade Coqueiro Campo também confeccionam estes artesanatos. Fomos, então, convidados a conhecer o processo de confecção dessas peças em dois núcleos familiares em Coqueiro Campo. Nos lares visitados, foi possível conhecer as peças fabricadas. Muitas delas, são de bonecas, galinhas d'angola, flores, moringas, bules, borboletas, vasos, dentre outros. O tema predominante nas pinturas das peças são as flores.

O documento *Nos Campos do Vale: cerâmica no Alto Jequitinhonha* de Raquel Dias Teixeira (2010) aborda o trabalho das artesãs nas comunidades do Vale do Jequitinhonha, entre elas, a comunidade de Coqueiro Campo. A partir das contribuições da autora confirmase a análise feita a respeito das pinturas e das peças artesanais confeccionadas:

Os padrões estéticos são semelhantes, compostos, predominantemente, por motivos florais. Compartilham também um repertório básico, composto por peças ditas utilitárias, como pratos, painéis, farinheiras, sopeiras, potes, moringas, bules, vasos, filtros, conjuntos de travessas e jogos de café. Além dos chamados “enfeites”, como bonecas, manés-gostosos, galinha d'angola, potes com galinhas, flores, enfeites de mulher com pássaro, moringa de três bolas, bichos e miniaturas diversas. (TEIXEIRA, 2010, p. 11-12).

As produções artesanais encontradas nos núcleos familiares remetem ao contexto do Cerrado, das paisagens e atividades cotidianas. As mulheres lidam com as hortas nos quintais, cuidam dos afazeres da casa e dos filhos. Tais tarefas foram constantemente citadas nas

conversas realizadas com as matriarcas das famílias visitadas e são executadas pelas figuras femininas desses núcleos familiares. Essas atividades são expressas através do artesanato produzido por essas mulheres: como a boneca que carrega a criança no colo, ou pelos utensílios domésticos confeccionados, como as panelas de barro. Teixeira (2010) complementa a respeito que:

A paisagem local é composta por planaltos, chapadas, vales e grotas, onde a vegetação nativa é o cerrado. Mas, para chegar a essas comunidades, é preciso descobri-las em meio a intermináveis labirintos de plantações de eucalipto (TEIXEIRA, 2010, p. 15).

Os eucaliptos são presença constante e compõem a paisagem do entorno de Minas Novas e da Comunidade de Coqueiro Campo, sobretudo pela extensão ocupada por essas plantações. Teixeira (2010, pgs. 15 e 16) informa que durante a década de setenta, o incentivo do governo para a instalação de empresas reflorestadoras na região foi intenso, sendo que, as chapadas, as quais ofereciam diversos frutos e plantas, foram substituídas por eucaliptos e a produção agrícola, restrita às grotas. O resultado da monocultura de eucaliptos é o aumento da seca e a diminuição das espécies de pássaros.

Além da questão da seca, a baixa oferta de trabalho influencia, ainda hoje, a migração dos homens em busca de trabalhos remunerados, como o corte da cana de açúcar, por exemplo. Todas essas transformações direcionaram as mulheres aos afazeres domésticos. A autora complementa que:

Diante dessa realidade, assim como as gerações anteriores, as artesãs se encontram no limiar de múltiplas relações. Nos longos períodos em que seus maridos e filhos estão fora, as mulheres permanecem na terra cuidando da casa, das crianças, das criações e da roça. A produção de cerâmica é realizada em meio a todos esses afazeres, e representa um precioso complemento aos recursos enviados pelos maridos. Nesse sentido, pode-se perceber a importância desse saber tradicional para as famílias da região. Todavia, o saber oleiro é muito mais do que uma alternativa de fonte de renda: da retirada da matéria prima até sua transformação em objeto, as artesãs se utilizam de um conhecimento transmitido oralmente por suas avós, mães, tias e sogras. Memória coletiva que evoca relações simbólicas que sustentam a história e a tradição locais (TEIXEIRA, 2010, p. 16).

No que diz respeito aos temas pintados nas peças de artesanato, as flores aparecem com frequência nas namoradeiras e nos trajes que compõem as bonecas e, também, nos utensílios domésticos. Motivos delicados, como estampas de “bolinhas”, Por exemplo, são encontrados em grande parte dos artesanatos, como pode ser observado na Figura 1:



Figura 1 – Peças artesanais produzidas na Comunidade de Coqueiro Campo
Fontes: Acervo de Pesquisa, 2014.

Nota-se o acabamento e o primor das pinturas nas peças, o que faz com que cada detalhe se torne notável: as cores, as formas e a harmonia dos desenhos. Assim, Teixeira (2010) complementa:

É importante ressaltar que, mesmo dentro de certo universo de criação um tanto delimitado, cada peça, tomada à parte, apresenta singularidades. As diversas formas impressas no barro guardam uma tradição local, mas se relacionam também com a criatividade e a habilidade individuais (TEIXEIRA, 2010, p. 12).

Percebe-se a relação entre as mulheres da comunidade de Coqueiro Campo e a paisagem local expressos nos artesanatos. Em campo, foi possível observar a transmissão do saber fazer artesanal de mãe para filha. A transmissão do saber fazer está para além do simples ofício, representa as experiências de vida, os saberes, as formas de ver e entender o

mundo ao redor, sem desconsiderar as habilidades de confecção de cada artesã, bem como a forma com que cada uma vê e percebe o mundo a sua volta. Portanto, cada peça é única, e expressa diferentes visões e percepções de mundo.

A este respeito, Paul Claval (2007, p. 64) discute a transmissão daquilo que se cria coletivamente relacionando tais fenômenos/processos com a gênese da cultura. O autor pontua que a cultura como herança e a sua transmissão ocorre, principalmente, no decorrer do desenvolvimento do indivíduo, desde os primeiros anos de vida até a adolescência, assinalando que o primeiro contato com o ambiente externo e sua dinâmica ocorre no seio familiar, na maioria dos casos. A família adquire, portanto, papel de grande relevância neste contexto.

Aliado ao saber tradicional do manuseio da terra, o ofício do artesanato, transmitido de geração em geração, expressa a história e a cultura quilombola locais, bem como os modos de vida, como pode ser observado a seguir, de acordo com Gianasi e Tubaldini (2013):

Panelleiras do Jequitinhonha: título conferido às mulheres em função da tradição iniciada há muito tempo por quem aprendeu, desde muito cedo, a lidar com o barro. No começo, uma simples brincadeira no terreiro acompanhando a mãe na confecção de uma panela...uma bilha.... O que era um simples brinquedo foi aos poucos se transformando na arte e no ofício da “fazeção” das panelas.

Conhecimento e sabedoria adquiridos inicialmente pela observação. Da escolha do melhor barranco – chamado por elas de barreiro – de características específicas como a cor, a textura e a época do ano. As mulheres panelleiras bem sabem qual barro é bom qual não é; e qual dá liga e qual não presta ao seu fazer, por causa da quantidade de areia e falta de plasticidade quando é molhado para a construção das peças à mão. Isso é o saber fazer aprendido debaixo do sol quente, ao longo do caminho de casa até o local de onde podia se retirar o barro, que hoje inclusive tem alguma restrição de uso em alguns barreiros (GIANASI E TUBALDINI, 2013, p.78).

Através das considerações das autoras acima, percebe-se a transmissão do saber- fazer entre as gerações das artesãs do Vale e a intrínseca relação com o meio natural em que vivem. A terra e o conhecimento no manuseio da mesma, proporciona o alimento diário e a matéria prima para o artesanato. Outro aspecto observado é o papel da mulher na transmissão do conhecimento e na manutenção da tradição artesanal. Além de uma manifestação da cultura quilombola, o artesanato se mostra como importante fonte de renda para as famílias locais.

Diante deste cenário, revelou-se ainda a viabilidade de desenvolvimento da atividade turística no local, suas potencialidades e os programas, já desenvolvidos, como as políticas de fomento ao turismo, de forma não-padrão, pelo turismo solidário e/ou turismo de base

comunitária, em hospedagens domiciliares. Tendo como paisagem o Vale do Jequitinhonha, agregam valor à experiência turística, os modos e saberes de vida das famílias visitadas, a tradição local, a gastronomia e os produtos artesanais.

Potencial para o desenvolvimento da atividade turística de base comunitária

Nesse momento do artigo tratamos as apreensões quanto à infraestrutura potencial para o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Segundo Beni (2001), essa atividade pode se dar por meio do turismo rural, que é:

Denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalação rurícolas – neste sentido, alguns autores valem-se da expressão turismo no meio rural para incluir o agroturismo. [...] As origens do turismo rural podem ser identificadas em duas vertentes: a primeira está nas experiências já consolidadas em vários países, e também no Brasil, consubstanciadas no desenvolvimento de uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais produtivas, mediante a introdução do turismo rural como alternativa de aumento de renda, de agregação de valor à terra e de meio de fixação de trabalhadores rurais no campo em pequenas, médias e grandes propriedades. Quando o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva explícita o próprio conceito de turismo rural. (BENI, 2001, pgs. 428 - 429).

Ou ainda por meio do agroturismo que se distingue do turismo rural apenas por incluir a participação nas atividades agropastoris. Para Woortmann (2009) dada a partir da relação entre o que se pode chamar de “triângulo Deus, Homem, Terra”

Configura-se uma relação de reciprocidade entre os três pólos daquele triângulo. O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral) esperando dela aquilo que “ela pode e quer dar”, em especial os alimentos que é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve “corrigir o solo”, como se a natureza pudesse estar “errada”. O sitiante como que dialoga com a terra, avaliando “o que a terra quer produzir, o que ela quer dar” (WOORTMANN, 2009, p. 119).

Uma vez que o primeiro modo pode oferecer hospedagem no espaço rural com a possibilidade de proporcionar a visita a atrativos externos naturais e históricos da região, mas, sobretudo e principalmente, em função das atividades agropastoris que envolvem a rotina dessa fazenda, poderia se desenvolver o agroturismo.

Esse espaço pode promover experiências e vivências típicas da vida do campo, como, por exemplo, ao ter como diferencial a possibilidade de expor a produção artesanal existente

no espaço rural, como o mel produzido na Comunidade do Córrego da Faceira. Pode, ainda, proporcionar o convívio com o cotidiano rural, por meio de outras práticas de atividades rurais, incluindo o contato com a criação de animais, o plantio, a confecção de artesanatos típicos da região, o fazer de receitas, dentre outros. As atividades cotidianas do espaço rural também podem ser expressas e comercializadas aos turistas na forma e representação dos produtos artesanais locais, como ocorre com o artesanato em cerâmica, da Comunidade de Coqueiro Campo, internacionalmente conhecido.

As estruturas construtivas das casas vêm sendo modificadas, pois não bastam mais as casas de pau-a-pique. Os moradores das comunidades remodelam ao estilo das casas das capitais, a partir do conhecimento adquirido pelos homens que migram, durante um período do ano para fazerem trabalhos externos, e aprendem técnicas de alvenaria. Juntamente com a melhoria da renda, advinda da venda de artesanato das mulheres, estas instalações se tornam mais confortáveis, servindo também para receber os turistas. Emerge desse fato uma questão contraditória, uma vez que o turista ao viajar para localidades diferentes, está em busca do tradicional e característico do local.

Sempre presente nesses pequenos lugarejos está a tradicional hospitalidade mineira, recepção com uma mesa posta, aos pés do fogão a lenha, café, rosquinhas frescas, leite e biscoito de goma, sempre uma comida típica.

Atualmente, o tipo de turismo desenvolvido na região é o turismo de base comunitária e/ou turismo solidário. Entretanto, sobre a conceituação desse tipo de turismo, Lima (2011), em sua tese sobre o assunto, afirma que não foi encontrado, no âmbito acadêmico, uma definição clara do que se pode chamar Turismo de Base Comunitária. São encontrados princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais que proporcionam abordagens parciais sobre esse tipo de atividade turística. Afirma ainda que, a diversidade de possibilidades de desenvolvimento da atividade turística encontrada no Brasil e que considera os potenciais presentes no meio rural e no meio urbano, envolvendo povos tradicionais e grupos sociais constituídos a partir de processos socioeconômicos excludentes, decorre que seu estudo considera também os seguintes termos: turismo comunitário, turismo de base local e ecoturismo comunitário; termos estes que transitam em uma mesma perspectiva teórica.

Bem como em manifestações correlatas ao tema, encontramos os seguintes termos: turismo solidário, voluntário, comunitário, ecoturismo de base comunitária, agroturismo,

turismo de vilarejo. Entendemos o turismo de base local, a partir da definição de Hall (1996), de que o “turismo de base comunitária (TBC) está baseado na participação da comunidade anfitriã no planejamento e na manutenção do desenvolvimento do turismo, a fim de criar uma indústria mais sustentável” (HALL, 1996 *apud* BLACKSTOCK, 2005, p. 39 *apud* LIMA, 2011, p. 23).

Considerando conceitualmente, a partir de três características, o turismo solidário primeiramente, como um subsistema interligado a outros sistemas: o meio ambiente e a educação. Em um segundo aspecto, a característica é a visão do turismo comunitário como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico por meio da própria comunidade. A terceira característica está ligada a convivencialidade entre a população local e os visitantes, imbricada em um arranjo socioprodutivo de base comunitária (SAMPAIO; ZECHNER; HENRÍQUEZ, 2008 *apud* SAMPAIO & ZAMIGNAN, 2010, p. 07).

Fortunato (2011, p. 92), autor de tese sobre o turismo solidário no Vale do Jequitinhonha afirma que programas e projetos, tais como o Programa Artesanato em Movimento, os Programas Leite pela Vida, Pró Jovem Trabalhador, Sorriso no Campo, Ovinos Gerais, Cozinhas Comunitárias Sertanejas, Cidadão.Net, Apicultura e Desenvolvimento, Cisternas no Semi-árido Mineiro, Projeto de Combate à Pobreza Rural e o Programa de Turismo Solidário, trazem em seus encartes explicativos que esse tipo de atividade “ajuda a promover a inclusão social da população carente e a melhoria da economia dos municípios através do desenvolvimento do *turismo* e do uso sustentável das riquezas ambientais e patrimoniais das cidades onde foi implantado”.

O Programa Turismo Solidário, criado em 2005, pelo IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, em parceria com o Ministério do Turismo, por iniciativa do Governo de Minas, desenvolvido pela Secretaria de Estado Extraordinária – SEDVAN e seus parceiros, realiza a ordenação turística de localidades que possuem rico patrimônio natural e cultural, porém baixos índices de desenvolvimento humano.

Diante do potencial turístico que a região do Vale do Jequitinhonha possui, com seu rico patrimônio, o programa atua como mola propulsora do desenvolvimento sustentável na geração de trabalho e renda para as comunidades. Do ponto de vista dos turistas, o programa tem por objetivo despertar o interesse em participar do processo de transformação social e

econômico da região, para além da visita o turista é convidado a interagir, por meio de vivências com os moradores locais.

Segundo o próprio site do programa, a “proposta privilegia a valorização do jeito de ser, da cultura popular e das belezas naturais das comunidades”. Os turistas solidários são hospedados no receptivo familiar, participando e compartilhando com a família que o recebe. Esse contato possibilita a troca de conhecimentos e gera renda às populações locais. O programa significa esperança de vida melhor para centenas de famílias beneficiadas pelo aumento do fluxo turístico e pela participação solidária dos turistas. Todas as informações podem ser obtidas pelo site www.turismosolidario.com.br, inclusive, neste site, também podem ser feitas as reservas.

Tal como afirma Geertz (1978 *apud* WOORTMANN, 2009, p.26), “a cultura de um povo é um conjunto de textos [...] que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem”. Assim, conclui-se que a formatação desse tipo de atividade turística contribui essencialmente à cultura de um povo, seja ela expressa por sua arte, seu artesanato, seu convívio ou sua gastronomia.

Considerações finais

A cultura é a expressão, sobre as mais variadas formas, no contexto de uma sociedade. A riqueza histórica e cultural das comunidades quilombolas visitadas, são manifestações de uma memória coletiva, expressas pelos “saber-fazer” e no manuseio da terra. A manutenção e transmissão desses saberes, podem representar uma forma de resistência frente às diversas dificuldades, como a seca, encontradas por essas comunidades tradicionais. Os elementos da cosmovisão quilombola (capelas, rosários, cruzeiros, chifres de boi, etc.) se misturam ao “natural” e, assim, conformam o patrimônio histórico-cultural das comunidades tradicionais.

Ao olhar para o espaço rural do Alto Vale do Jequitinhonha, uma região que muitos ainda consideram a “mais pobre” e seca região de Minas Gerais, e através da vivência em campo junto às comunidades quilombolas, o que foi observado foi um lugar habitado por pessoas hospitaleiras, em meio às paisagens de resquícios dos cerrados, da mata atlântica, das veredas e, sobretudo, de extensos monocultivos de eucalipto.

Os problemas de escassez de água são percebidos e constantemente referenciados pelas comunidades e afetam grande parte das atividades, como as hortas encontradas nos

quintais dos núcleos familiares visitados. A vida no campo está intrinsecamente relacionada aos mananciais e à terra, estabelecendo-se uma tríade entre homem-terra-água. Quando um dos três elementos dessa relação é perturbado, os outros dois elementos padecem.

O artesanato nos remete ao universo das mulheres que lidam com o cultivo das hortas e os afazeres da casa, ofício transmitido de geração para geração. O cuidado e o preciosismo das peças e das pinturas demonstram muito mais do que apenas criatividade e arte. Demonstram, sobretudo, as experiências de vida, as formas de ver o mundo e a relação com a terra. O Vale do Jequitinhonha, através do artesanato evidencia, mais uma vez, a riqueza cultural, da terra e das comunidades que habitam a região.

Referindo-se a prática do turismo solidário no local, afirma-se que o turista que opta por esse tipo de atividade busca por uma prática fora dos padrões, mas que inclua, principalmente, troca e reciprocidade, com vistas ao desenvolvimento humano e social. Primando pela preservação da biodiversidade e dos modos de vida de comunidades tradicionais, o desenvolvimento da atividade turística, para além do incremento de renda, configura-se em agente de desenvolvimento local e sociocultural, capaz de atrair divisas; gerar empregos através do terceiro setor (serviços) e de melhorar o nível de vida das comunidades. Do ponto de vista cultural, essa prática desenvolve aprendizado, conhecimento vivência e encontro.

Referências Bibliográficas

- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 6ª ed. atual. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI – História e resistência*. Organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.
- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC 3ª ed., 2007, 453 p.
- CLAVAL, Paul. *A Volta do Cultural na Geografia*. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002, p. 19-28.
- DEUS, José Antonio Souza de. Paisagens culturais alternativas e protagonismo etnopolítico de comunidades tradicionais no *hinterland* brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins (Org.). *Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

FORTUNATO, R.A. *O turismo solidário e a redescritção social no Vale do Jequitinhonha-MG*. Tese de doutorado, UERJ: 2011.

GIANASI, Lussandra Martins, TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos (Org.). *Ambiente, cultura, arte e ciência: práticas e diálogos educacionais dos ambiente rural*. 1ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

LIMA, G.D. *Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha- Minas Novas/MG*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociência. Minas Gerais, 2010.

LIMA, R. P. *Turismo de base comunitária como inovação social*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2011.

RODRIGUES, L. M.; DEUS, J. A. S. *Paisagens Culturais Emergentes no Vale do Jequitinhonha: Estudo de Caso do Sítio Histórico de Alto dos Bois - Angelândia/ MG sob as Óticas Etnogeográfica e Geohistórica*. Belo Horizonte: 2º Colóquio Ibero-americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto, 2012.

RODRIGUES, L. M. e MINÉ, G. O. Associativismo quilombola: a luta pelos múltiplos usos do território. In: TUBALDINI, Maria A. dos Santos; GIANASI, Lussandra Martins (Org.). *Agricultura familiar, cultura camponesa e novas territorialidades no Vale do Jequitinhonha: gênero, biodiversidade, patrimônio rural, artesanato e agroecologia*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. *Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e dos modos de vida de comunidades tradicionais: a experiência da micro-bacia de Rio Sagrado, Morretes (PR)*. Artigo apresentado no V Encontro Nacional da Anppas, de 4 a 7 de out. 2010. Florianópolis-SC, Brasil.

TEIXEIRA, R. D. *Nos campos do vale: cerâmica no Alto Jequitinhonha*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2010. 32 p.: il. – (Sala do Artista Popular; n. 159). ISSN 1414-3755.

TURISMO SOLIDÁRIO. O que é? Proposta. Posso ser um turista solidário? Disponível em: <http://www.turismosolidario.com.br/interna.php?area=1>. Acesso em 03 de dez de 2014.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A.(orgs.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. v.2. Ed. UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.